



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Madeira Total

Data: 05/10/2012

Caderno / Página: - / -

Link: <http://www.madeiratotal.com.br/noticia.php?id=19325&volta=noticias.php>

Assunto: Enriquecimento florestal: promover a proteção das florestas por meio do uso sustentável dessas áreas

Enriquecimento florestal: promover a proteção das florestas por meio do uso sustentável dessas áreas

Com a orientação do doutor em biologia vegetal Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), o nordeste paraense passou a ser um dos cenários de um experimento que busca aliar a preservação do meio ambiente com a produção sustentável de espécies nativas de frutíferas e madeireiras da Amazônia.

O experimento é desenvolvido pelo Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF) e o Laboratório de Silvicultura Tropical (LASTROP), ambos da Esalq/USP, e desenvolve técnicas de enriquecimento florestal em áreas degradadas de Reserva Legal (RL) e a recuperação de Área de Proteção Permanente (APP) em 13 propriedades rurais da região.

Entre essas propriedades, estão as fazendas modelo do projeto Pecuária Verde, que além de trabalhar com a preservação das áreas de floresta, tenta otimizar os pastos por meio da intensificação da pecuária. O projeto, coordenado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, com financiamento de instituições como o Fundo Vale a empresa de tecnologias para o campo Dow Agrosiences, utiliza espécies como mogno, cupuaçu e paricá para futuro manejo.

Mapeamento

Com um mapeamento detalhado, necessário ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) - exigência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) para a regularização ambiental no Pará -, os produtores e organizações não governamentais envolvidas, como a The Nature Conservancy, identificam as potencialidades e passivos ambientais da região. Com este trabalho, o município de Paragominas, por exemplo, já conta com 1050 propriedades registradas no CAR.

Com a proposta de aproveitamento sustentável da RL, o manejo das espécies madeireiras e frutíferas poderá render cerca de mil reais por hectare ao ano, em um ciclo de 15 a 20 anos para as espécies madeireiras, segundo Pedro Brancalion, coordenador do LASTROP.

O georreferenciamento foi fundamental para mostrar o quanto de área cada produtor possuía e qual percentual era destinada às áreas protegidas pelo atual código florestal. Para surpresa de alguns produtores, houve propriedades que tinham mais reserva ambiental do que a quantidade exigida pela legislação vigente. “Hoje, 90% dos nossos produtores não sabem o que eles têm de floresta”, ressalta o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas e diretor executivo do projeto Pecuária Verde, Mauro Lúcio Costa.

“No caso das propriedades que já foram inseridas no cadastro ambiental, nós as identificamos, ligamos para o produtor e sugerimos a visita de um técnico que chega até o proprietário com um georreferenciamento prévio da área. Após aceitação por parte do produtor, montamos um esboço de campo e vamos lá para saber toda a situação ambiental da propriedade”, explica Fábio Niedemeier, da TNC.

Com o primeiro levantamento, o técnico checa as informações pré-estabelecidas pela base cartográfica, registra os pontos georreferenciados e assim inicia a produção de um diagnóstico. “O diagnóstico ambiental é o nosso carro-chefe, porque, em primeiro lugar, você entrega isso para o produtor, valida a informação e, em cima do diagnóstico, aponta alternativas para recuperar o passivo que ele tem”, afirma Niedemeier.

O microzoneamento ajuda a identificar quais espaços da propriedade podem estar aptos à agricultura, pecuária, silvicultura, fruticultura ou piscicultura. “O objetivo, além da parte ambiental, é manter o município produzindo cada dia melhor”, ressalta o coordenador da TNC.

Enriquecimento Florestal

A legislação atual permite que áreas de reserva legal sejam exploradas para fins de manejo sustentável, desde que não descaracterize a cobertura vegetal e não prejudique a conservação da vegetação nativa da área. Baseados nessa prerrogativa, as equipes do LERF e LASTROP da Esalq/USP definem a metodologia dos plantios de enriquecimento.

Os plantios de enriquecimento se caracterizam por reintroduzir espécies de alto valor econômico em florestas já degradadas pela exploração madeireira intensiva do passado. Como as florestas degradadas normalmente apresentam a cobertura muito aberta e forte entrada de luz, elas oferecem condições favoráveis para que as espécies comerciais nativas plantadas em meio à mata cresçam adequadamente. A principal finalidade do experimento é promover a proteção das florestas por meio do uso sustentável da Reserva Legal. Para isso, o projeto indica quais são as espécies nativas frutíferas e madeireiras mais promissoras para a atividade, bem como a técnica utilizada para o plantio de enriquecimento: “Ao estabelecer um sistema de produção nas áreas de floresta por meio da reintrodução de espécies nativas de alto valor econômico, nós criamos um forte incentivo para que o proprietário rural cuide dessa floresta, protegendo-a do fogo e da degradação. Não basta apenas ter uma legislação ambiental restritiva para conservar a floresta, é preciso criar instrumentos e políticas públicas para que ela seja cumprida”, aponta Brancalion.

Um dos critérios que prevaleceu na escolha das áreas de enriquecimento foi a possibilidade de trabalhar em florestas que foram exploradas anteriormente, como é o caso da maioria das áreas verdes do município de Paragominas. Com a proteção da floresta, aumentam as chances da biodiversidade se restabelecer nas regiões dos plantios, aumentando a geração de serviços ambientais, como a estocagem de carbono no solo e na vegetação.

O produtor da Fazenda São Luiz, Osmar Scaramussa, reconhece que o resultado será obtido em longo prazo, mas não espera a hora de iniciar a proposta de licenciamento para o manejo futuro da reserva, recebido durante a última Exposição Agropecuária de Paragominas, realizada em agosto de 2012. “É um grande avanço para Paragominas e para o estado do Pará. Se eu não colher, meus filhos irão. É uma renda garantida”, afirma Scaramussa.

Com a quantidade de propriedades que começaram a aderir ao projeto, existe a perspectiva que a plantação de mudas para a regeneração de áreas degradadas e o manejo seja uma nova fonte de renda para a população local. “Se nós conseguirmos provar que esse é um bom sistema de uso do solo, economicamente viável, a expectativa é que esse modelo se expanda para todas as áreas da Amazônia onde florestas foram degradadas pela exploração predatória de madeira”, comenta Brancalion.